



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

No ano passado, o Governo da RAEM iniciou o recrutamento centralizado, mas, até agora, passado já um ano, nenhum dos candidatos aprovados foi colocado nos serviços públicos que necessitam de pessoal. O andamento deste recrutamento é bastante moroso e é questionável o seu resultado. Segundo a Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan, devido à necessidade de pessoal, alguns serviços abriram, por si, concursos para a contratação de técnicos, carreira essa que não está sujeita ao recrutamento centralizado, e depois promoveram-nos à categoria de técnicos superiores. Conforme a necessidade particular de vários serviços públicos, estes, no próximo ano, vão contratar, por si, 2005 pessoas, e o recrutamento centralizado vai contratar 608, sendo o primeiro número o triplo do último. Assim, surge o chamado sistema “você tem as suas políticas e eu tenho maneiras de contorná-las”, e a autoridade deste regime de recrutamento é questionável. Se se não resolver o problema subjacente, a gestão centralizada do pessoal da Função Pública existe apenas no nome.

Sendo assim, interpelo sobre o seguinte:

1. Alguns serviços públicos esquivaram-se do recrutamento centralizado, contratando, primeiramente, técnicos, e promovendo-os depois à categoria de técnicos superiores. Relativamente a essa situação, os altos dirigentes do Governo, incluindo o Chefe do Executivo e os cinco Secretários, tiveram reuniões para a sua discussão. Qual foi o resultado da mesma? Sobre esses actos, onde, evidentemente, houve o aproveitamento de lacunas do regime, qual é a posição do Governo? A favor ou contra? Segundo a Secretária para a Administração e Justiça, há necessidade de reduzir o processo de recrutamento para acelerar o seu andamento. O regime de recrutamento centralizado já funciona há mais de um ano. Quais são os

IE-2013-12-04-Chan Meng Kam (P) CWP-MMC



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

problemas no seu processo? Como é que se preenche a lacuna acima referida?

2. No início do recrutamento centralizado, as autoridades esperavam contratar, a título experimental, adjuntos-técnicos e técnicos superiores e depois estender o mesmo regime até outras carreiras. No próximo ano, o número de pessoas a contratar pelos serviços públicos vai ser o triplo do número de pessoas a contratar por meio do recrutamento centralizado, e isto demonstra que a expectativa do recrutamento centralizado está aquém da realidade. Por isso, como se concretiza a chamada gestão centralizada do pessoal? Se as vagas forem preenchidas através da contratação feita por parte dos serviços públicos, o recrutamento centralizado não passará de uma peça de decoração?

3. Na discussão das LAG para o corrente ano, todos os serviços de diversas áreas governativas mostraram a intenção de só aumentar os recursos humanos em caso de necessidade. Na elaboração do orçamento anual de cada serviço, existe já um limite para as despesas do pessoal e o aumento dessas resulta, principalmente, da inflação. De facto, na sociedade não há a opinião contra o aumento dos recursos humanos, mas há necessidade do seu esclarecimento com justificação. No próximo ano, o aumento total do pessoal a contratar pelos vários serviços públicos vai ser de 2 613 pessoas, das quais, 389 para os Serviços de Saúde (SS), 286 para a Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau (DSFSM), 182 para a Polícia Judiciária (PJ), 173 para a Universidade de Macau (UM), 147 para o Instituto Cultural (IC), 99 para o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), 77 para a Direcção dos Serviços de Turismo (DST), 75 para a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) e 73 para a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), e as suas razões de aumento de pessoal são as seguintes: os SS precisam de aumentar o pessoal de saúde; a UM precisa de aumentar o número de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

docentes devido à expansão da sua envergadura; a DSFSM e a PJ precisam de reforçar o pessoal da primeira linha, etc. Acredita-se que isto mereça o apoio da sociedade. Quanto ao aumento de pessoal no Instituto Cultural, este atinge 27%, o que significa que o Instituto será alargado para mais de um quarto. Quais vão ser as funções concretas do novo pessoal? No próximo ano, a estrutura do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais será actualizada e algumas funções serão transferidas para outros serviços e, uma vez que foi criado o Centro de Segurança Alimentar, porque é que ainda precisa de mais 99 pessoas? O aumento de pessoal em cada uma das diferentes áreas do turismo, trânsito e obras públicas, vai ser superior a 70 pessoas. Com esse grande aumento, quais são as funções a desempenhar?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Chan Meng Kam

4 de Dezembro de 2013

IE-2013-12-04-Chan Meng Kam (P) CWP-MMC